



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MACEIÓ
COORDENAÇÃO DAS LICENCIATURAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

MARINA AUGUSTA ÁVILA DA SILVA MARTINS

**PARQUE MUNICIPAL DE MACEIÓ COMO AMBIENTE DE
APRENDIZAGEM NÃO FORMAL**

**MACEIÓ, AL
2024**

MARINA AUGUSTA ÁVILA DA SILVA MARTINS

PARQUE MUNICIPAL DE MACEIÓ COMO AMBIENTE DE APRENDIZAGEM
NÃO FORMAL

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas, Campus Maceió, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof^a Fábio Maurício do Bomfim Calazans.

MACEIÓ, AL
2024

577.07

M386p Martins, Marina Augusta Ávila da Silva.

Parque Municipal de Maceió como ambiente de aprendizagem não formal [recurso eletrônico] / Marina Augusta Ávila da Silva Martins. – Dados eletrônicos (1 pdf : 1,19 MB). – 2024.

Trabalho com 35 f.

Inclui figuras (coloridas).

Inclui referências.

Orientação: Prof. Fábio Maurício do Bomfim Calazans.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Maceió*, Maceió, 2024.

1. Ciências Biológicas. 2. Parque Municipal – Maceió. 3. Educação ambiental. 4. Meio ambiente. I. Título.

Franciane Monick Gomes de França
Bibliotecária – CRB 4/1831

MARINA AUGUSTA ÁVILA DA SILVA MARTINS

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas, Campus Maceió, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Ciências Biológicas.

Aprovado em: 05/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Fábio Calazans

Prof Fábio Maurício do Bomfim Calazans (Orientador)
Instituto Federal de Alagoas – IFAL

Juliana Rangel de Aguiar Interaminense

Professora: Juliana Rangel de Aguiar Interaminense
Instituto Federal de Alagoas – IFAL

Professora: Deyse Ferreira Rocha
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

AGRADECIMENTOS.

Em primeiro lugar, a Deus, pela minha vida, por ter me permitido saúde e determinação para não desistir durante esse longo período de graduação ultrapassando todos os obstáculos vivenciados.

Aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e ajudando, contribuindo para quem sou hoje, enfrentando junto comigo os meus momentos difíceis e não permitindo que eu desistisse.

Ao meu orientador Fábio Calazans, pelo suporte, correções e incentivos.

RESUMO

A visitação às Unidades de Conservação, como os Parques Municipais, desempenha um papel significativo na reconexão do homem com o meio natural, proporcionando uma experiência agradável e enriquecedora. Neste contexto, a educação ambiental não formal surge como uma ferramenta essencial para facilitar esta integração e promover a sensibilização e mobilização para a preservação da natureza e garantir a restauração dos ecossistemas e a promoção de um ambiente equilibrado. Este estudo baseou-se em uma abordagem metodológica de pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de analisar a aplicação da educação ambiental não formal tornando a experiência de visitação aos parques uma oportunidade eficaz e enriquecedora. Apesar da complexa relação entre o homem e o meio ambiente, é possível identificar aspectos cruciais que a visitação a um parque pode oferecer, destacando a importância vital do cuidado ambiental.

Palavras chaves: Meio Ambiente. Educação Ambiental. Natureza. Parque Municipal de Maceió.

ABSTRACT

The visiting to Conservation Units, such as Municipal parks, plays a significant role in the human reconnection with the natural environment, providing a pleasant and enriching experience. In this context, a non-formal environmental education emerges as an essential tool to facilitate this integration and promote awareness and mobilization to the nature preservation and ensuring the ecosystems restoration and the promotion of a balanced environment. This study was based on a methodological approach of bibliographic and documentary research with the aims of analyzing the non-formal environmental education application making the visiting parks xperience an effective and enriching opportunity. Despite the complex relationship between man and the environment, it is possible to identify crucial aspects of a park visiting can offer, highlighting the vital importance of environmental care.

Keywords: Environment. Environmental education. Nature. Maceió Municipal Park.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada do Parque Municipal de Maceió.....	24
Figura 2 - Mapa da trilha do Parque Municipal.....	24
Figura 3 - Entrada da Trilha cidadã.....	24
Figura 4 - Entrada da Trilha do Jacaré.....	24
Figura 5 - Arena Verde.....	24
Figura 6 - Entrada da Trilha da Aventura.....	24
Figura 7 - Jacaré do papo amarelo (<i>Caiman latirostris</i>).....	25
Figura 8 - Saguins de Tufos Brancos (<i>Callithrix jacchus</i>).....	25
Figura 9 - Sabiá (<i>Turdus amaurochalinus</i>).....	25
Figura 10 - Borboleta (<i>Heliconius erato</i>).....	25
Figura 11 - Questionário	29
Figura 12 - Questionário.....	29
Figura 13 - Alunos no Parque Municipal de Maceió.....	31
Figura 14 – Visitantes conhecendo o Parque Municipal de Maceió.....	31
Figura 15 - Saguins de Tufos Brancos (<i>Callithrix jacchus</i>).....	31
Figura 16 - Saguins de Tufos Brancos (<i>Callithrix jacchus</i>).....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Educação Ambiental - EA

Educação Formal - EF

Educação Não Formal - ENF

Educação Informal - EI

Unidades de Conservação - UC

Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA

PQMM - Parque Municipal de Maceió

SUMÁRIO:

1.	
INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL	13
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO	13
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO.....	14
5.UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC).....	17
6. IMPORTANCIA DOS PARQUES MUNICIPAIS	18
7. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	19
8. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS PROTEGIDAS – PARQUE MUNICIPAL DE MACEIÓ.	20
10.RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
11. CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

Considerada inicialmente como uma preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização, que seja capaz de chamar a atenção para a má distribuição do acesso aos recursos naturais” (CARVALHO, 2006), a educação ambiental surge como resposta aos desafios ambientais decorrentes da Revolução Industrial e do rápido crescimento econômico que resultam em degradação ambiental e ameaças à sustentabilidade do planeta.

A partir da década de 1960, movimentos sociais e científicos passaram a destacar a necessidade de uma abordagem educacional que promovesse a conscientização e ação em prol do meio ambiente. Autores como Fritjof Capra e Paulo Freire contribuíram significativamente para o desenvolvimento dessa área, destacando a interdependência entre os sistemas naturais e sociais e a importância da reflexão crítica para a transformação da sociedade em direção à sustentabilidade (CAPRA, 1996; FREIRE, 1996).

Durante o século XIX tivemos a visita, no território brasileiro, de naturalistas renomados, dentre eles podemos citar Charles Darwin e Henry Walter Bates que perceberam a exploração desenfreada dos recursos naturais. Devido a essa preocupação, principalmente referente a botânica e a zoomorfologia, o biólogo Ernst Haeckel, ainda no século XIX deu a nomenclatura de “ecologia” para o estudo das relações entre espécies e meio ambiente. Patrick Guedes, escocês, considerado “pai da educação ambiental” expressava a sua preocupação com os efeitos da revolução industrial iniciada em 1779, na Inglaterra, pelo desencadeamento do processo de urbanização e suas consequências para o meio ambiente. O intenso crescimento econômico pós-guerra acelerou a urbanização e os sintomas da perda de qualidade ambiental uma vez que começaram a aparecer em diversas partes do mundo. (DIAS, 1996)

No Brasil, a formação da consciência ambiental mostrou-se tardia, uma vez que a Constituição Brasileira de 1891 não havia mencionado o tema, apesar dos europeus argumentarem quanto à sua importância. Nesse mesmo ano, foi anunciada a criação de unidades de conservação, sendo elas: parques nacionais, estações ecológicas, reservas biológicas e outras, porém não foram efetivadas, sendo citadas somente no papel, sem execução. Prova disto seria que no ano de 1891 de acordo com o Decreto nº 8.843 de 26 de julho 1911, seria prevista a criação da Reserva florestal do Acre, com 2,8 milhões de hectares, não sendo dada continuidade aos seus cuidados conforme escrito.

A promulgação da Lei nº 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, representou um marco legal importante para a promoção da Educação Ambiental (BRASIL, 1999). Essa legislação estabeleceu diretrizes para a incorporação da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e em diferentes setores da sociedade, reconhecendo como um processo contínuo e participativo de conhecimento e práticas voltadas para o meio ambiente.

Esta Lei foi uma regulamentação da Constituição Federal e ficou conhecida como “Lei da Educação ambiental”. Uma das características dessa lei é convocar a sociedade para seu engajamento em relação a conservação e preservação do meio ambiente, definindo que se torna obrigatório a participação de todos os níveis de ensino.

A partir disso, houveram reformas quanto ao ensino de ciências e a temática passou a ser abordada em sala de aula. No entanto, segundo Dias (2004), a promoção da percepção dos efeitos globais, resultantes da ação local das atividades humanas, ainda era incipiente e ficava reduzida a algumas advertências praticadas no meio acadêmico.

Diante do fato abordado, podemos citar as três formas de educação existentes, sendo elas: educação não formal (ENF), formal (EF) e informal (EI). A primeira pode acontecer em espaços públicos, praças, parques, movimentos sociais e protestos e sempre terão intencionalidade buscando a conscientização e transformação. A segunda, acontece sempre em instituições de ensino baseada em regras, diretrizes e metodologias junto ao corpo docente. Já a Terceira, acontece de forma natural e espontânea, sem objetividade, ou seja, experiências adquiridas ao longo da vida.

Quando estamos falando de ENF, a comparação com a educação formal é quase automática (GOHN, 2006) Ainda que o termo esteja em construção para que se possa ser melhor difundido, é importante salientar a importância da conexão entre essas classes de educação, De acordo com a mesma autora, na educação formal sabemos que são os professores que nos passam conhecimentos. Já a não-formal, o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família, os amigos e os vizinhos. (GOHN, 2006).

Por isso, podemos alegar que é possível utilizar a ENF para o ensino da educação ambiental. O desafio que se coloca é de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora. Assim, ela deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referências que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela degradação é o ser humano (JACOBI, 2003).

Ainda que não seja tão conhecida, a ENF é discutida dentro da EF, demonstrando a estreita relação entre as duas, principalmente no que diz respeito às atividades de educação ambiental que são desenvolvidas em Unidades de Conservação (UCs). Essas relações foram inicialmente propostas na Constituição Federal em 1988. Cita-se:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

De acordo com a Lei nº 6.938/1981, em seu Art. 2, inciso X da Política Nacional do Meio Ambiente, as instituições precisam promover a educação ambiental de forma integrada aos programas de conservação e recuperação ambiental buscando promover participação ativa na defesa do meio ambiente. No entanto, somente em 1999 foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) a partir da Lei nº 9.795, tornando a educação ambiental obrigatória em todos os níveis do ensino formal. Hoje acontece a interdisciplinaridade envolvendo a educação ambiental formal e a não formal, tendo em vista que a educação não formal pode trazer mais benefícios com a

execução de medidas que possam contribuir para o meio ambiente. Parques tendem a ser lugares ideais para que as aulas práticas sejam ministradas, assim, é importante que os alunos vejam na prática formas de beneficiar o meio ambiente, evidenciando que a preservação está diretamente relacionada a consciência ecológica e por isso a ENF é relevante.

No âmbito do conhecimento ecológico, os parques e outras Unidades de Conservação de proteção integral representam a aplicação prática da visão de preservação dos processos ecossistêmicos livres da interferência humana (PIMENTEL; MAGRO, 2014) e por isso Unidades de Conservação são espaços com conteúdos enriquecedores para a prática da ENF. Diante disso, se faz necessário que as instituições de ensino, mídias e Governo se façam presentes quanto aos incentivos da criação de programas de EA especialmente fora dos ambientes escolares, programas esses, centrados em práticas coletivas e educativas voltadas à preservação da natureza, que possam ser desenvolvidos em UCs.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo desta pesquisa é investigar o papel das Unidades de Conservação na promoção da educação ambiental não formal, visando conscientizar os indivíduos sobre a importância da preservação do meio ambiente. Busca-se uma abordagem em que os participantes se tornem agentes ativos e engajados na promoção do cuidado ambiental, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais sustentável.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Avaliar a relevância da educação ambiental como ferramenta para promover a conscientização sobre questões ambientais
- Investigar a eficácia da abordagem não formal na educação ambiental, visando compreender como essa metodologia contribui para o engajamento dos indivíduos na preservação do meio ambiente.
- Identificar o potencial das Unidades de Conservação como espaços propícios para a realização de atividades de educação não formal, com o intuito de promover uma maior conscientização sobre a importância da conservação ambiental.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO

O surgimento da aplicação da Educação Ambiental no Brasil marca um importante momento na história da conscientização ambiental no país. Autores renomados contribuíram significativamente para esse desenvolvimento, trazendo reflexões essenciais sobre a relação entre seres humanos e meio ambiente. (Dias, Genebaldo Freire, 2010).

Entre os pioneiros podemos citar, com destaque, José Lutzenberger, agrônomo, escritor, filósofo, paisagista e ambientalista brasileiro que participou ativamente na luta pela preservação ambiental em sua obra “Manifesto ecológico Brasileiro” publicado em 1971, já alertava para a urgência da preservação ambiental e a necessidade de uma abordagem educacional que promovesse a conscientização ecológica. (Dias, Genebaldo Freire, 2010).

Outro autor importante nesse contexto é Marcos Reigota (2010), em seu livro “O que é Educação Ambiental” o autor explora os fundamentos e práticas de Educação Ambiental de forma abrangente e esclarecedora. Reigota destaca a importância da conscientização e engajamento da sociedade na busca por soluções para os desafios ambientais contemporâneos. Ele ressalta a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e participativa, que envolva não apenas o ambiente natural, mas também os aspectos sociais, culturais e econômicos. Além disso, Reigota enfatiza a importância de uma educação ambiental crítica, que estimule a reflexão e a ação transformadora a favor da sustentabilidade. Sua obra contribui significativamente para o entendimento e a prática da educação ambiental, inspirando educadores e gestores ambientais a promoverem uma relação mais harmoniosa entre seres humanos e o meio ambiente.

A conferência que se tornou um marco para o início e difusão do conceito de desenvolvimento sustentável e conseqüentemente de educação ambiental foi a de Tbilisi na Geórgia em 1977, onde vieram à tona algumas ações, dentre elas, a Criação de órgão de coordenação referente à política ambiental, cursos voltados a área, leis Federal, estaduais e Municipais que tem por objetivo estabelecer políticas que contribuam para o equilíbrio por todo planeta.

Também, é importante citar os espaços de convivência com a Natureza (ECOs) que representam uma abordagem inovadora na promoção da conexão entre as pessoas e o meio ambiente. De acordo com Aldo Leopold (1949), autor e pioneiro da conservação Ambiental, “a preservação da diversidade biológica é um tema vital ecológico e culturalmente importante” Nesse sentido, os ECOs proporcionam um ambiente propício para a vivência e a aprendizagem em contato direto com a natureza, promovendo não apenas a conscientização ambiental, mas também o desenvolvimento de valores e atitudes voltados para a preservação dos ecossistemas.

Além disso, os ECOs têm o potencial de estimular a prática da ecoalfabetização, enfatizando a importância de compreendermos os princípios ecológicos básicos para a construção de uma sociedade sustentável (CAPRA, 1996). Ao oferecer experiências de imersão na natureza e atividade de práticas de conservação, os ECOs capacitam os indivíduos a compreenderem a interdependência entre os seres vivos e os ecossistemas, e a agirem de maneira saudável ao meio ambiente.

Por meio de abordagens participativas e interativas, os ECOs se tornam espaços de educação não formal, onde os participantes têm a oportunidade de explorar, experimentar e refletir sobre as questões ambientais. Da mesma forma, os ECOs são reconhecidos como fontes de inspiração e aprendizado, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com a conservação da natureza.

No Brasil, pela primeira vez, em 1988, seria inserido um capítulo específico direcionado ao meio ambiente na Constituição Federal. Em 1992 ocorreu a conferência considerada uma das mais importantes quanto à preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO -92. Nela, houve a convenção que reuniu chefes de Estados de 179 países, milhares de ONGs, organismos internacionais e agências regionais além do público que estivesse interessado no conteúdo.

A educação Ambiental pode ser estabelecida como uma poderosa ação educativa voltada para a transmissão de um novo olhar ao meio ambiente. Autores como Carvalho (2008) enfatizam que seu objetivo principal é promover uma mudança de paradigma, capacitando indivíduos a reconhecerem a interdependência entre os sistemas naturais e sociais, e a compreenderem a importância da conservação e preservação ambiental para o bem-estar humano e planetário. Nesse contexto, a Educação Ambiental não se limita apenas à transmissão de conhecimentos técnicos, mas também busca desenvolver atitudes, valores e habilidades que permitam uma atuação mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente (LEFF, 2006). Através de práticas educativas, participativas, críticas e reflexivas, a Educação ambiental busca empoderar os indivíduos a se tornarem agentes de mudança, capazes de contribuir para a construção de sociedades mais sustentáveis e equitativas (SAUVÉ,1994).

A Educação Ambiental desempenha um papel crucial como uma ação educativa destinada a promover uma nova perspectiva em relação ao meio ambiente e suas múltiplas formas de preservação, nisso podemos citar: Redução de emissões de gases de efeito estufa com implementação de políticas e práticas que reduzem as emissões de CO₂ e outros gases poluentes, nisso, incluem o uso de fontes de energia renovável, como solar e eólica e a promoção de transporte sustentável. Conservação da Biodiversidade com proteção de habitats naturais e criação de áreas protegidas para conservar espécies ameaçadas, a restauração de ecossistemas degradados também é crucial para manter a biodiversidades. A Reciclagem e Redução de Resíduos que incentiva a redução através do uso de produtos reutilizáveis e compostagem de resíduos orgânico. Carvalho (2008) destaca que sua finalidade vai além da mera transmissão de conhecimento, buscando também sensibilizar e capacitar os indivíduos para agir de forma responsável e sustentável em relação aos recursos naturais.

No contexto da sociedade capitalista, marcada pelo alto consumo e exploração desenfreada dos recursos naturais, há um risco iminente de esgotamento desses recursos. Conforme mencionado por Leff (2006), esse padrão de consumo insustentável tem levado a diversos sinais alarmantes de desequilíbrio na natureza, como catástrofes climáticas e fenômenos extremos. A imprevisibilidade do clima, como observado por Sauvé (1994),   mais um indicador da urgente necessidade de mudança de atitude e de políticas ambientais. Assim, a Educa o Ambiental surge como uma ferramenta

essencial na construção de uma consciência coletiva sobre a importância da preservação ambiental e na promoção de ações individuais e coletivas em prol de um futuro mais sustentável e equilibrado.

Pode-se citar como ações individuais: redução do consumo de plástico, economia de água e energia, consumo consciente, redução de resíduos. Já em ações coletivas, podemos organizar campanhas de educação ambiental, programas de reflorestamento, cooperativas de reciclagem, feiras de produtos orgânicos e locais, e outros.

4. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Como mencionado anteriormente, o cenário ambiental atual é caracterizado por graves catástrofes e degradação do meio ambiente, uma situação fortemente influenciada pelo sistema capitalista e pelo consumismo, resultando em crises climáticas, perda de biodiversidade e poluição. Diante desse contexto, torna-se importante refletir e debater sobre a relevância da educação ambiental nas escolas. Abordar questões ambientais no ambiente escolar pode capacitar os estudantes a desenvolverem um olhar crítico e adotarem ações individuais e coletivas, já citadas anteriormente de forma positiva para transformar o panorama atual.

A importância da escola é amplamente discutida por diversos autores brasileiros, destacando sua função primordial na formação integral dos indivíduos e na promoção de uma sociedade mais justa e sustentável. Nesse sentido, a escola não se limita apenas à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas desempenha um papel fundamental na educação para a cidadania e para a sustentabilidade. Prepara os alunos para compreenderem e enfrentarem os desafios ambientais e sociais contemporâneos.

Portanto, a inclusão da Educação Ambiental no currículo escolar não é uma mera escolha, mas uma necessidade premente para garantir a formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados na construção de um futuro mais equitativo e ecologicamente responsável.

Além disso, é importante estabelecer uma conexão entre o conteúdo abordado em sala de aula e a realidade vivenciada pelos estudantes em seu cotidiano. Como destacado por Freire (1987), é essencial comparar o conhecimento adquirido na escola com a bagagem de conhecimento trazida de casa pelos alunos. Isso ajuda a perceber que as questões ambientais estão intimamente ligadas ao dia a dia de todos, tornando-as mais relevantes e urgentes.

Por meio dessa abordagem integrada e reflexiva, a educação ambiental nas escolas pode desempenhar um papel fundamental na construção de uma consciência coletiva e na promoção de mudanças positivas em direção a um futuro mais sustentável e justo.

5.UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)

Em um movimento a favor da preservação foi criado a Unidade de Conservação, como conhecemos hoje, surgiu em 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. O parque foi instituído com a finalidade de preservar atributos cênicos, históricos e potencialidades de lazer. Combinado a isto, novas unidades de conservação foram criadas desta época visando racionalizar o processo de colonização do oeste americano (DIEGUES 1994, MORSELLO, 2001).

No Brasil, pelo Decreto nº 1.173 do Presidente Getúlio Vargas, foi criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro, chamado de Parque Nacional de Itatiaia, em 14 de junho de 1937 entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O parque é conhecido por sua rica biodiversidade abrigando uma grande variedade de ecossistemas, incluindo matas de altitude, campos de altitude, cerrados e campos rupestres. É lar de uma grande diversidade de espécies de flora e fauna, algumas delas endêmicas e ameaçadas de extinção. É uma área protegida que visa conservar ecossistemas naturais representativos e proporcionar oportunidades de recreação e educação ambiental para o público. De acordo com a Lei Federal nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, chama-se de unidade de conservação:

“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”

Assim, Unidade de conservação ou UC é como são chamadas as áreas na terra ou na água que são criadas para fins de proteção e conservação devido às suas características naturais relevantes, podem ser uma área que possui espécies únicas da biodiversidade, área de reprodução de espécies que tenha uma natureza bem conservada ou que seja importante para preservação de um determinado ecossistema.

As UCs podem ser criadas por qualquer área do governo, sendo Estadual, Municipal ou Federal, depois de delimitadas elas devem ser protegidas. Alguns tipos permitem o uso sustentável da área, outros são mais restritivos e permitem apenas o uso para pesquisas e educação. As UCs de uso sustentável incluem as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as Florestas Nacionais (Flonas) e as Reservas Extrativistas (Resex). Essas áreas permitem a exploração de recursos naturais de maneira controlada e sustentável, visando a conservação aliada ao desenvolvimento econômico Local (BRASIL, 2000)

As APAs permitem a presença de atividades econômicas e residenciais, desde que sigam regras específicas para minimizar impactos ambientais. Já as FLONAS (Flonas) são destinadas à utilização sustentável dos recursos florestais e à pesquisa científica. As RESEX são áreas Utilizadas por populações tradicionais que dependem da extração de recursos naturais para a subsistência, sempre de forma sustentável (MMA, 2020).

Por outro lado, as unidades de conservação de Proteção Integral, como os Parques Nacionais, as reservas Biológicas e as Estações Ecológicas, possuem restrições mais severas. Essas áreas são voltadas principalmente para a preservação da biodiversidade e só permitem atividades científicas e educativas, além da visitação pública em áreas determinadas (BRASIL, 2000).

6. IMPORTANCIA DOS PARQUES MUNICIPAIS

Os parques municipais desempenham um papel fundamental como espaços multifuncionais, oferecendo benefícios que vão além do simples lazer e recreação. Autores como Loureiro (2004) destacam que esses locais são vitais para a conservação da natureza e para a promoção da conexão das pessoas com o meio ambiente. Em seu livro "Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental", o autor ressalta que os parques municipais proporcionam oportunidades únicas para as pessoas se reconectarem com a natureza, explorar a biodiversidade local e desenvolverem uma consciência ambiental mais profunda. As características intrínsecas desses espaços, como sua biodiversidade, infraestrutura bem planejada e acessibilidade, os tornam propícios para atividades educacionais imersivas.

Autores como Silva (2019), ressaltam a importância da infraestrutura dos parques, como trilhas interpretativas, centros de visitantes e áreas de lazer, que podem ser utilizadas para criar experiências de aprendizagem significativas. A acessibilidade dos parques, tanto física quanto financeira, também é essencial para garantir que pessoas de todas as idades e origens possam participar das atividades educacionais oferecidas. Portanto, ao explorar o potencial educativo dos parques municipais, é possível criar experiências de aprendizagem enriquecedoras que promovam a conscientização ambiental e o desenvolvimento de uma relação mais harmoniosa entre as pessoas e a natureza.

A acessibilidade e localização dos parques são fatores essenciais para garantir que as pessoas de todas as idades e origens possam desfrutar das experiências de aprendizagem oferecidas por esses espaços (SAUVÉ,1994). Ao combinar esses elementos, é possível criar experiências de aprendizagem significativas e imersivas, que estimulam a curiosidade, o engajamento e a conexão de pessoas com o meio ambiente. Dessa forma, os parques municipais se destacam como laboratórios de educação promovendo a conscientização de forma dinâmica e interativa

O engajamento da comunidade desempenha um papel crucial na promoção da Educação nos parques municipais, e diversos autores renomados destacam sua importância nesse contexto. Conforme ressaltado por Loureiro (2004) a participação ativa de moradores locais e grupos comunitários é essencial para garantir que as atividades educativas atendam às necessidades e interesses específicos da comunidade. Autores como Carvalho (2008) enfatizam que o envolvimento de escolas e professores pode enriquecer as atividades educativas. Além disso, as ONGs também desempenham um papel na mobilização e organização da comunidade em torno das questões ambientais, (LEFF, 2006). Da mesma forma, grupos voluntários, como mencionado por (SAUVÉ, 1994), já citado anteriormente, contribuem para fortalecer os laços entre as pessoas e o ambiente em que vivem, através de iniciativas de conservação, limpeza e manutenção dos parques.

7. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

A implementação de programas de Educação Ambiental nos parques municipais enfrenta uma série de desafios que precisam ser superados para garantir sua eficácia. Um dos principais desafios é a falta de recursos financeiros, conforme destacado por Carvalho (2008), o que pode limitar a capacidade de desenvolver e manter atividades educativas de qualidade nos parques. Além disso, a capacitação insuficiente de educadores ambientais é outro desafio importante, como apontado por Loureiro (2004), pois pode comprometer a qualidade do ensino e o envolvimento dos participantes nas atividades. A manutenção das áreas verdes dos parques também é uma preocupação, como observado por Leff (2006), pois a degradação ambiental pode comprometer o valor educativo dos espaços e afetar negativamente a experiência dos visitantes.

Apesar dos desafios, há também uma série de oportunidades que podem ser aproveitadas para fortalecer a Educação Ambiental nos parques municipais. Uma estratégia eficaz é buscar parcerias com instituições públicas e privadas, como empresas e universidades, conforme sugerido por Sauvé (1994), para obter recursos adicionais e expertise técnica. Além disso, a promo o de programas de voluntariado, conforme mencionado por Carvalho (2008), pode ajudar a suprir a falta de recursos humanos e financeiros, ao mesmo tempo em que promove o engajamento da comunidade na conserva o dos parques. Investir em capacita o e treinamento de educadores ambientais   fundamental para garantir a qualidade das atividades educativas, como ressalta Loureiro (2004), permitindo que eles estejam melhor preparados para engajar e inspirar os participantes.

8. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS PROTEGIDAS – PARQUE MUNICIPAL DE MACEIÓ.

Diante dos fatos abordados anteriormente, percebe-se uma forte liga o entre a educa o ambiental e as áreas protegidas, tendo em vista que seja o local apropriado para reconhecer o papel educativo que essas áreas abrangem, como também, desenvolver projetos voltados para a forma o de pessoas capazes de desenvolver um senso crítico de uma realidade ambiental e que se tornem seres engajados para sua transforma o gerando ideias possíveis e reflexões sobre o tema.

Como mais uma forma de preservar e valorizar os recursos naturais da cidade de Maceió, foi promulgada a Lei Municipal N  2.514/78 que estabelece a cria o do Parque Municipal de Maceió (PMM). Este Parque   fruto de um decreto histórico representando um marco significativo para a conserva o ambiental na região, além de sua natureza educacional e recreativa.

De acordo com o Código Municipal de Meio Ambiente (Lei n  4.548/96) O PQMM   classificado com área de Preserva o Permanente (APP) abrangendo uma área de 82 hectares, situados entre os bairros de Bebedouro e Tabuleiro do Martins, possui como objetivo primordial a preserva o da biodiversidade local, a promo o da educa o ambiental e o fomento do lazer e turismo sustentável.

A cria o deste parque   respaldada pela legisla o ambiental brasileira (Lei n  9.985/2000) que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conserva o (SNUC). De acordo com essa lei, o Parque Municipal de Maceió   classificado como uma Unidade de Conserva o de Prote o Integral, que tem como finalidade preservar os ecossistemas naturais, proteger a fauna e flora promovendo a realiza o de pesquisas científicas.

A criação do Parque Municipal de Maceió reflete o compromisso da cidade com os princípios da Agenda 21 que pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, adotado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Documento Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). Esse compromisso se manifesta na busca pela integração entre a conservação ambiental, desenvolvimento econômico e justiça social, visando garantir um futuro sustentável para as gerações futuras.

O PQMM é um passo importante na direção da conservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais na cidade, onde espera-se que vire um refúgio para a biodiversidade e um espaço de aprendizado para a comunidade local promovendo a conscientização e o engajamento em prol do meio ambiente. Para elaboração deste trabalho, foi planejada uma ida à campo no Parque Municipal de Maceió a fim de constatar a rica diversidade de fauna e flora presentes, destacando a relevância dessas áreas protegidas para a conservação da biodiversidade.

Figura 1: Fachada do Parque Municipal de Maceió



Autor, 2024.

Figura 2: Mapa da trilha do Parque Municipal



Autor, 2024.

Figura 3: Entrada da Trilha cidadã



Autor, 2024.

Figura 4: Entrada da trilha do jacaré



Autor, 2024.

Figura 5: Arena Verde



Autor, 2024.

Figura 6: Entrada da trilha da Aventura



Autor, 2024.

**Figura 7: Jacaré do papo amarelo
(*Caiman latirostris*)**



Autor, 2024.

**Figura 8: Saguins dos Tufos Brancos
(*Calithrix jacchus*)**



Autor, 2024.

**Figura 9: Sabiá (*Turdus
amaurochalinus*)**



Autor, 2024.

Figura 10: Borboleta (*Heliconius erato*)



Autor, 2024.

Por meio de abordagem participativa e interativa, os educadores ambientais podem estimular engajamento e promover a construção de conhecimento coletivo sobre as questões ambientais. Ao fornecer informação sobre a importância da Conservação dos recursos naturais, os impactos das atividades humanas no meio ambiente e as estratégias para a promoção da sustentabilidade, as visitas às áreas protegidas se tornam uma ferramenta poderosa para inspirar ações individuais e coletivas em prol do meio Ambiente (Freire, 2008).

9. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS CAUSADOS PELA IDA AO PARQUE MUNICIPAL.

A avaliação de impacto das atividades de Educação Ambiental nos parques municipais é fundamental para medir a eficácia dessas iniciativas e identificar áreas de melhoria. Diversos autores destacam a importância de métodos adequados de avaliação para compreender o impacto das atividades realizadas. Segundo Carvalho (2008), é essencial considerar uma variedade de indicadores de aprendizagem, como conhecimento adquirido, mudanças de atitude e habilidades desenvolvidas, para avaliar o impacto das atividades educativas nos parques. Além disso, Leff (2006) ressalta a importância de avaliar as mudanças de comportamento decorrentes da participação nas atividades de Educação Ambiental, pois essas mudanças são essenciais para promover uma maior conscientização e engajamento da comunidade na conservação ambiental.

Para avaliar o impacto das atividades de Educação Ambiental nos parques municipais, é necessário também considerar as percepções da comunidade em relação aos programas oferecidos. Conforme destacado por Loureiro (2004), é importante obter feedback dos participantes e moradores locais para entender como as atividades são percebidas e quais são seus efeitos na comunidade. Além disso, Sauvé (1994) sugere a realiza o de estudos de caso e exemplos concretos para ilustrar o impacto da Educa o Ambiental nos parques. Por exemplo, um estudo de caso pode analisar como um programa de educa o ambiental aumentou o conhecimento sobre conserva o da biodiversidade entre os visitantes do parque, levando a uma maior conscientiza o e a o em prol da prote o do meio ambiente.

Existem várias abordagens metodológicas que podem ser utilizadas para avaliar o impacto das atividades de Educa o Ambiental nos parques municipais, como pesquisas de campo, entrevistas, grupos focais e análise de dados quantitativos e qualitativos. Por meio desses métodos,   possível obter uma compreensão abrangente do impacto das atividades educativas nos parques e identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria. Em última análise, a avalia o de impacto   essencial para garantir que os programas de Educa o Ambiental nos parques municipais sejam eficazes e contribuam para a conscientiza o e conserva o ambiental de forma significativa.

10. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a visita,   possível vivenciar os conceitos teóricos discutidos em sala de aula de maneira prática e tangível. "A verdadeira aprendizagem acontece quando nos envolvemos em experiências reais e significativas" (Pacheco, 2013). Ao observar a diversidade da fauna e flora, participar de atividades de educa o ambiental e interagir com os monitores do parque, os visitantes têm a oportunidade de internalizar conceitos e valores relacionados   preserva o do meio ambiente.

Para a ida ao parque não é necessário agendamento prévio, pois encontra-se aberto para visitação de terça a domingo. Administrado pela Prefeitura de Maceió e supervisionado por agentes ambientais, oferece uma variedade de serviços, incluindo distribuição de mudas, educação ambiental por meio de palestras e aulas práticas, além de monitoramento com guias para grupos

Diante dessas oportunidades, é evidente o potencial do espaço para promover uma educação não formal, voltada para a conscientização e preservação do meio ambiente. Durante a visita é comum observar a visita de diversos alunos do ensino fundamental e médio para presença de diversos alunos do ensino fundamental e médio, que exploram a fauna e flora do parque. Isso reforça a importância das unidades de conservação para a educação ambiental, ressaltando sua eficácia.

Conforme registros fotográficos, é possível perceber que o parque Municipal possui diversas trilhas ecológicas sendo elas: Trilha Cidadã (1.748m), Trilha da Aventura (774m), Trilha da paz (152m) , Trilha da Mata (321m) e Trilha Pau Brasil (187m). Porém algumas das trilhas estão interditadas há algum tempo devido às fortes chuvas, onde houve queda de árvores que impossibilitaram as passagens. No parque, é possível perceber diversas espécies de vegetais, gêneros e famílias botânicas, podendo destacar a Sumaúma (*Ceiba pentandra*), vários exemplares de Pau-Brasil que foram plantados e várias frutíferas exóticas como as jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*) e do cajazeiro (*Spondias mombin*). Ambas são árvores frutíferas nativas da região tropical e são cultivadas em várias partes do mundo devido aos seus frutos saborosos e nutritivos. Além disso, possui diversas espécies de animais nativos da Mata Atlântica, sendo as aves, as que se destacam. São comuns os saguis de tufo branco (*Callithrix jacchus*), as preguiças de três dedos (*Bradypus variegatus*) e o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*)

Com o intuito de obter dados concretos sobre os temas explorados neste estudo, promovemos uma aula de campo no Parque Municipal de Maceió (PMM) em colaboração com os alunos da disciplina educação ambiental e desenvolvimento sustentável do ensino superior do Instituto Federal de Alagoas, envolvendo alunos da licenciatura em Matemática, física, biologia e letras. Durante essa visita, foi conduzida uma pesquisa por meio de questionário para avaliar a influência do parque na Educação Ambiental e o impacto que a visita pode ter na conscientização dos alunos sobre a conservação e preservação do meio ambiente.

Nisso, foi aplicado o seguinte questionário:

Figura 11: Questionário

Questionário sobre a importância da Visitação aos Parques Municipais para o Ensino da Educação Ambiental.

Obrigado por participar deste questionário. Seu feedback é fundamental para entendermos a importância da visitação aos Parques Municipais para o ensino da Educação Ambiental.

1. Qual é a sua idade?

- Menos de 15 anos
 15-17 anos
 18-19 anos
 20 anos ou mais

2. Você já visitou algum Parque Municipal para atividades educativas relacionadas à Educação Ambiental?

- Sim
 Não

3. Se respondeu "Sim" à pergunta anterior, qual foi a sua experiência durante a visita ao Parque Municipal? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Aprendi sobre a biodiversidade local
 Entendi a importância da conservação dos recursos naturais
 Participei de atividades práticas de preservação ambiental
 Interagi com profissionais especializados em Educação Ambiental

Outra (por favor, especifique)

Autor, 2024.

Figura 12: Questionário

4. Você acredita que a visita aos Parques Municipais pode contribuir para o ensino da Educação Ambiental de forma mais eficaz do que aulas teóricas em sala de aula?

- Concordo totalmente
 Concordo parcialmente
 Discordo parcialmente
 Discordo totalmente

5. Na sua opinião, quais são os principais benefícios de realizar atividades educativas em Parques Municipais para o ensino da Educação Ambiental? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Conexão direta com a natureza
 Estimula a curiosidade e o interesse pelos assuntos ambientais
 Vivência de experiências práticas relacionadas à conservação ambiental
 Sensibilização para a importância da preservação dos recursos naturais
 Oportunidade de aprender com exemplos concretos e reais

Outro (por favor, especifique)

6. Como você acredita que as visitas aos Parques Municipais poderiam ser melhoradas para promover uma experiência educativa mais enriquecedora? (Por favor, forneça sugestões ou comentários)

Autor, 2024.

Foram respondidos nove questionários pelos alunos entrevistados, dos quais 99% possuíam mais de 20 anos de idade, sendo apenas 1% com idade entre 18-19 anos. Dos entrevistados, 56% não haviam visitado os Parques Municipais até a data, enquanto 44% haviam ido ao parque para participar de atividades educativas relacionadas à Educação Ambiental.

Para aqueles que responderam "sim" quanto à visita ao Parque Municipal, foram apresentadas opções aplicáveis em relação ao que foi aprendido durante a visita. Dos entrevistados, 33% marcaram que aprenderam sobre a biodiversidade local, 44% informaram que conseguiram interagir com profissionais da área ambiental e 22,22% entenderam a importância da conservação dos recursos naturais.

No mesmo contexto, ao abordar os benefícios das atividades educativas nos Parques Municipais para o ensino da Educação Ambiental, 77,78% dos participantes destacaram a importância da conexão direta com a natureza, enquanto 100% afirmaram que essa prática estimula a curiosidade e o interesse pelos assuntos ambientais. Além disso, 66,67% enfatizaram a importância da vivência de experiências práticas relacionadas à conservação ambiental. Quanto à sensibilização para a importância da preservação dos recursos naturais e à criação de oportunidades de aprendizado com exemplos concretos e reais, ambos foram citados por 44,44% dos entrevistados.

Além disso, também foi questionado ao formulário se os alunos acreditavam que a visita aos parques Municipais pode contribuir para o ensino da Educação Ambiental de forma mais eficaz do que as aulas teóricas em sala de aula. 22,22% dos indivíduos concordam parcialmente, enquanto 77,78% concordam totalmente.

Figura 13: Alunos no Parque Municipal de Maceió



Autor, 2024.

Figura 14: Visitantes conhecendo o Parque Municipal de Maceió



Autor, 2024.

Figura 15 : Saguins dos Tufos Brancos (*Callithrix jacchus*)



Autor, 2024.

Figura 16; Saguins dos Tufos Brancos (*Callithrix jacchus*)



Autor, 2024.

Durante a visita, foi perceptível a presença de crianças acompanhadas por seus pais e educadores participando de atividades no parque. Na imagem registrada (figura 14), pode-se observar as crianças interagindo de perto com os saguis (*Callithrix jacchus*), que estavam à vista durante o percurso, como mostrado nas figuras 15 e 16.

O questionário abordado se refere à estudantes adultos, acima de 18 anos, porém, com a visita ao parque e o encontro com as crianças foi possível observar como há uma série de benefícios importantes para o desenvolvimento das crianças. Os parques oferecem um ambiente onde as crianças podem experimentar conceitos abstratos de forma tangível. Observar a natureza e explorar espaços ao ar livre. A exposição à natureza desde cedo é essencial para ajudar as crianças a desenvolverem um vínculo positivo com o meio ambiente.

11. CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos neste trabalho é possível perceber que, de fato, a educação ambiental é uma ferramenta essencial para atingir uma sociedade mais sustentável, especialmente agora que é necessário aumentar a conscientização e a preservação do meio ambiente. APPs essenciais para preservar os recursos naturais e servir como espaços educacionais fortes que oferecem experiências de aprendizagem significativas.

Foi possível perceber que a ida ao Parque é uma ferramenta eficaz para promover a educação ambiental e conscientizar as pessoas sobre a importância da conservação do meio ambiente. Este tipo de atividade proporciona uma experiência prática e tangível, permitindo que os visitantes se conectem diretamente com a natureza e compreendam sua importância. O contato direto com o ambiente natural oferece uma oportunidade única para observar a biodiversidade local e os ecossistemas em funcionamento. Os visitantes puderam aprender sobre diferentes espécies de plantas e animais, bem como os processos ecológicos que sustentam a vida no parque. A interação com educadores ambientais e profissionais que trabalham no parque também é uma parte importante da experiência. Eles podem compartilhar informações especializadas, responder a perguntas e fornecer orientações práticas sobre como cada indivíduo pode contribuir para a proteção do meio ambiente em sua vida cotidiana.

Além disso, a vivência no Parque Municipal pode inspirar atitudes e comportamentos mais sustentáveis, ao viver diretamente em ambientes preservados, os estudantes têm a oportunidade de observar a biodiversidade em seu estado natural e entender os serviços que esses ambientes oferecem ao ecossistema e os efeitos de suas ações. Ao testemunharem a beleza e a fragilidade da natureza, os visitantes são incentivados a adotar práticas mais responsáveis em relação ao consumo de recursos naturais, ao descarte de resíduos e à conservação da biodiversidade.

No entanto, é importante lembrar que o potencial educativo das áreas de preservação permanente só pode ser totalmente aproveitado se houver investimento contínuo em sua conservação e manejo adequados. A degradação ambiental e a perda de áreas naturais prejudicam não apenas os serviços ecossistêmicos, mas também a capacidade desses locais de servir como locais de aprendizagem.

Como resultado, é imperativo que as ações públicas e privadas se concentrem não apenas na criação e preservação de áreas de preservação permanente, mas também na criação de programas educacionais que reconheçam essas áreas como recursos pedagógicos. Só assim podemos garantir que as próximas gerações estejam preparadas para enfrentar os desafios ambientais e ajudar a construir um futuro mais sustentável.

REFERÊNCIAS

DIAS, G. Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental: Editor Gaia: 3º ed.: 2012.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico: Cortez Editora: 2008.

LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza: Civilização Brasileira: 2006

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez Editora: 2004.

SAUVÉ, L. Uma concepção integrada de educação ambiental. In J. C. Torres, A. S. Pereira & J. M. Brito (Orgs.) : Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas (pp. 79-96). Porto Alegre: Artmed Editora:1994.

FAVERO, Osmar. Educação não-formal: Contextos, percursos e sujeitos. Educ. Soc: Campinas: vol. 28: n. 99: p. 614-617) : 2007.

GOHN, M. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas: 2006.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa: n.118: p.189-206: 2003.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. Educação e Pesquisa: São Paulo: v. 31: n. 2: p. 317-322: maio/ago: 2005.

SILVA, Williams, Ferreira, Camila, Guedes, Tainá, Lima, Renato. Avifauna do Parque Municipal de Maceió, um importante fragmento urbano de Mata Atlântica do Nordeste do Brasil: 2015.

BEZERRA, T. M. O.; GONÇALVES, A. A. C. Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão – PE: Biotemas v. 20: p.115-125. 2007.

LEAL, S. Guia de aves do Parque Municipal de Maceió: Maceió: Poligraf: 2010.

Assis, L. Espíndula L. Vargas, A. Parques e sua influência na qualidade de vida Urbana: VII Seminário Científico do UNIFACIG: 2021.

Decreto N° 8.843, de 26 de Julho de 1911, Rio de Janeiro: 26 de julho de 1911: 90° da Independencia e 23° da Republica.

SILVA, Parques urbanos: uma abordagem pedagógica para a educação ambiental não formal: 2019